BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS – Janeiro – Fevereiro – Março – ISSN 2175-9103 Nº95

Boletim Número 95
Data: Janeiro-Fevereiro-Março/2023

EDITORIAL

O Boletim de n° 95 traz os assuntos de destaque na América Latina nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023, referentes a esta publicação. Este boletim tratará sobre os prováveis novos desafios do governo eleito de Luís Inácio Lula da Silva após 4 anos de governo Bolsonaro, a começar pelos atos terroristas cometidos em Brasília em 8 de janeiro, questionando também o papel dos militares e das Forças Armadas que cada vez mais mostram seus objetivos políticos através de interferências que não estão alinhadas com suas obrigações; assim como as retomadas dos debates sobre a revogação do novo ensino médio. O boletim também tratará sobre os crimes cometidos contra a população indígena Yanomami, que foram perpetrados muito em conta devido à negligência do governo Bolsonaro em combater a atividade de garimpeiros ilegais; assim como os crimes de trabalho análogo à escravidão efetuado por vinícolas no Rio Grande do Sul. Este boletim também procura demonstrar como tragédias os chamados desastres naturais, muitas vezes, são expressões do capitalismo destrutivo mencionado por István Mészáros, pois poderiam ser totalmente evitadas, como é o caso do que ocorreu em São Sebastião – SP. Por fim, o boletim traz uma matéria informativa sobre o aumento da fome na América Latina, segundo cálculos feitos pela ONU e OEA.

Também contamos com a Agenda Acadêmica, com lançamentos de livros de pensadores como Marx e Gramsci que atentam os nossos estudos voltados para as ciências políticas, sociais e econômicas, assim como eventos que também estão voltados para tais temas.

Desejamos a todos boas reflexões e uma boa leitura.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
André Luiz Brito Silva Ferreira
Bolsista pesquisador do PROEALC

Em Foco I

Lula e a segunda onda progressista da América Latina

Por *Miguel Enrique Stédile*
15/02/2023

Em um século que tem sido – e continuará por muito tempo – marcado pela disputa geopolítica entre a tentativa dos Estados Unidos em garantir a manutenção de sua hegemonia e a ascensão chinesa, escudada pela Rússia, a América Latina e o Sul Global ocupam um papel central pela riqueza de bens comuns da natureza, objeto do desejo e da ganância do "capitalismo verde". Controlar politicamente este território implica em acessar com facilidades produtos agrícolas, minérios e hidrocarbonetos convertidos em *commodities*.
Além disso, a primeira onda progressista, iniciada com a vitória de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, caracterizou-se por uma política de integração regional e soberania geopolítica que

retirou o continente da condição de satélite das políticas dos Estados Unidos, com destaque para a fundação da Unasul e da Celac, esvaziando o poder da tradicional OEA, e recuperando Cuba do isolamento político imposto pelos estadunidenses.
Por isso, a segunda década do século 21 foi marcada por uma contraofensiva dos Estados Unidos em apoiar, publica ou discretamente, movimentos de enfraquecimento e derrubadas destes governos independentes e altivos, mesmo que jogassem dentro dos limites da institucionalidade capitalista e com programas reformistas. Assim, modalidades diferentes de atos antidemocráticos foram utilizadas no continente como os golpes parlamentares (Paraguai e Brasil), golpes militares tradicionais (Honduras), guerras híbridas (Venezuela e Bolívia) e o uso constante e intensivo do *lawfare* pelo poder judiciário e dos parlamentos e industriais, dado o grau de subordinação das elites locais na América Latina.
Assim, esta "segunda onda" emerge num cenário de correlações de forças externas e internas menos favoráveis. E como os presidentes do Chile e do Peru (Gabriel Boric e Pedro Castillo) sabem muito bem, vitórias eleitorais não são necessariamente vitórias políticas em sua totalidade. Em comum, os novos governantes chegaram ao poder com alianças complexas, jovens ou muitas vezes frágeis, algumas delas com setores de direita, como a própria candidatura Lula. Alianças que se formam debilmente ou não se formam em torno de programas, carregam desde o nascimento tensões e contradições entre as diferentes forças sociais que as compõem.
Há, ainda, as contradições que a "primeira onda" progressista não foi capaz de superar, como lembrava o intelectual cubano Fernando Heredia: todos os avanços são reversíveis; o capitalismo mundial é hiper centralizado, financeirizado, parasitário e destruidor, que só pode viver se continuar sendo isso; e, a exploração e a dominação da América Latina são aspectos necessários para manutenção do imperialismo estadunidense.

Portanto, Lula encontrará um cenário bem distinto do que deixou ao final de seu segundo mandato e, não à toa, sua eleição despertou expectativas e esperanças em todo continente. Para além disso, o petista ainda tem um cenário de devastação interna e desmantelamento do Estado, em absolutamente todas as áreas, com uma recessão global no horizonte e o retorno do país ao Mapa da Fome. Ainda é uma incógnita qual o grau de resiliência da oposição de extrema direita mobilizada pelos remanescentes do bolsonarismo aquartelados e fardados, mas os atos de 8 de janeiro sinalizam para uma oposição ativa, utilizando todos os métodos possíveis. E, mesmo sem o suporte do governo Bolsonaro, qual será o comportamento da extrema direita mundial nos territórios da América Latina, uma vez que esta se encontra altamente internacionalizada, ideológica e financeiramente.

O novo governo brasileiro tem diante de si a perspectiva de uma crise econômica global e a urgência de enfrentar a crise climática. E em ambos os casos, precisa construir alternativas que não penalizem os mais pobres e não se deem nos marcos ineficazes do "capitalismo verde". Sem falar que o Brasil e a América Latina estarão permanentemente tensionados a escolher a "coexistência" com os Estados Unidos ou a opção pela cooperação com a China.

Internamente, a esquerda brasileira, assim como seus pares latino-americanos, ainda possui o desafio de compreender as profundas transformações no Mundo do Trabalho em países periféricos e as mudanças na configuração organizativa, cultural e ideológica da classe trabalhadora, desde o aspecto da produção e do trabalho precarizado às manifestações como o avanço do fundamentalismo religioso. E, novamente e permanentemente em governos de esquerda, a tensão entre o tempo e os limites do Estado se confrontarão com a urgência e a necessidade por mudanças estruturais reivindicadas pelos movimentos populares. Aqui,

coloca-se a necessidade de que o povo seja sujeito das transformações e embates, que compreenda estes limites não de forma passiva, mas para que seja ferramenta para acelerá-las.

Por fim, acentua esta contradição o fato de que os processos progressistas na América Latina muitas vezes são personificados na trajetória de algumas de suas lideranças. Lula, Cristina Kirchner e Lopez Obrador são exemplos de personalidades que ultrapassam os limites de suas organizações e campos políticos, que assumem os papéis de porta-vozes dos projetos que representam, mas, ao mesmo tempo, podem, colateralmente, substituir organizações no diálogo com a população ou serem por demais responsabilizados para tomarem as decisões de condução destes processos individualmente.

O que a "primeira" e a "segunda onda" progressista latino-americana tem em comum como horizonte é a convicção de que, neste cenário de disputa geopolítica e crise econômica global, não existem saídas individuais. Só é possível colocar-se de forma soberana atuando em cooperação regional, recuperando os mecanismos de integração e solidariedade, comportando-se como um bloco coeso, a partir, não do pragmatismo, mas de um projeto histórico de autonomia, independência e de soberania política, alimentar, energética e ecológica. E, principalmente, sustentado por uma permanente organização e mobilização popular.

Link: **https://www.brasildefato.com.br/2023/02/15/lula-e-a-segunda-onda-progressista-da-america-latina**

Em Foco II

O fundamentalismo evangélico e a ameaça à democracia: desafios para o novo governo

Por *Angélica Tostes, Rafael Rodrigues da Costa e Delana Corazza*
13/01/2023

Não é novo o interesse da classe dominante na religião evangélica. O fenômeno do fundamentalismo é uma realidade e é evidente o projeto de poder desse setor que cresce a vento e popa e foi trabalhado no Dossiê 39° do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, intitulado "**Fundamentalismo e imperialismo na América Latina: ações e resistências**". O fundamentalismo religioso tem se tornado uma característica em todos os países de Nuestra América. Após a instauração do neoliberalismo nos territórios latino-americanos houve um avanço da direita nas esferas políticas, sociais e religiosas no continente. Esse processo se refletiu não apenas pela retirada de direitos da classe trabalhadora da América Latina, mas também em discursos de enfraquecimento das instituições democráticas.

Basta rememorar as ditaduras e golpes latino-americanos, pois nesses territórios ainda há uma frágil democracia em constante ameaça. Foram muitos os golpes de Estado quando os governantes progressistas estavam no poder, como os golpes que aconteceram no Brasil (1964), Chile (1973), Peru (1992), Honduras (2009) e Bolívia (2019); e golpes com linguagem judicial, conhecidos como lawfare, como os que resultaram no impeachment de Fernando Lugo no Paraguai em 2012 e de Dilma Rousseff no Brasil em 2016, sem contar a

prisão de Luiz Inácio Lula da Silva às vésperas das eleições presidenciais de 2018, que resultou no vitória do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro.

Com a vitória de Lula nas eleições presidenciais em 2022 houve uma mobilização da extrema direita bolsonarista questionando as urnas, fechando rodovias e avenidas, buscando criar um sentimento de caos e medo, instigando discursos de violências, disseminando fake news, tudo isso validado e propagado por inúmeras igrejas evangélicas e seus líderes religiosos. Em uma matéria, a *Agência Pública* apontou alguns pastores e pastoras que articularam os ataques em Brasília. Nomes como Magno Malta, Silas Malafaia, Josué Valandro e Ana Marita Terra Nova constam na lista. Vale ressaltar que apenas 28% dos evangélicos votaram em Lula, segundo estimativa do Datafolha.
No dia 8 de janeiro de 2023, no mar de terroristas em verde e amarelo, com a bíblia na mão, em meio a barulhos de vidros quebrados, gritos, obras de arte da cultura brasileira sendo destruídas o grupo cantava: "Os guerreiros se preparam para a grande luta / É Jesus, o Capitão, que avante os levará / A milícia dos remidos marcha impoluta / Certa que vitória alcançará". Um famoso hino da Harpa Cristã, de joelhos louvando a um deus que é a imagem de si próprios: violento, autoritário e cheio de ódio.

A teologia que instiga esses cânticos e essas ações é chamada de teologia do domínio, que é vinculada à ideia de "Guerra Espiritual", a luta contra um inimigo em comum - marxismo, comunismo, esquerda, Lula, STF, qualquer outra coisa a ser eleita pelo grupo - e o enfrentamento desse mal deve ser feito em diferentes áreas da vida como na política, no poder militar, na educação, no meio ambiente, na cultura, na ciência e em outros setores.

Com o avanço da disseminação das fake news no meio religioso, a teologia do domínio se viu em um deleite para propagar suas ideologias fascistas e persecutórias. Como, por exemplo, para dois terços dos evangélicos Lula não ganhou a eleição do ano passado e concordam que uma intervenção militar deveria invalidar o resultado da eleição presidencial. É o que revela a última pesquisa Atlas/Intel, realizada com 2.200 pessoas entre os dias 08 e 09 de janeiro de 2023.

Os números retratam um abismo de percepções entre os evangélicos e a opinião pública em geral. Enquanto a maior parte dos entrevistados reconhece que Lula venceu a eleição presidencial de 2022 – 56,4% ao todo –, entre os evangélicos, apenas 28,1% concordam com tal afirmação. Em contrapartida, 67,9% dos evangélicos não acreditam que Lula obteve mais votos que o ex-presidente Jair Bolsonaro, número 28% superior à média geral dos entrevistados.

Talvez, por esse motivo, os evangélicos sejam o grupo religioso mais simpático à proposta de intervenção militar para invalidar o resultado da eleição presidencial. Nesse sentido, 6 em cada 10 evangélicos (64,3%) afirmam ser favoráveis à intervenção militar, enquanto menos de um terço deles (29,5%) se dizem contra. No geral, porém, 54,1% dos entrevistados afirmam ser contrários a uma intervenção militar e apenas 36,8% a favor.

Coincidência ou não, os evangélicos são também os religiosos com maior tolerância à ideia de uma ditadura militar no país. Embora 71% dos evangélicos seja contrário à proposta, 15,5% deles se mostram favoráveis. Na comparação entre religiões, o número dos evangélicos que aprovam a instauração de um regime autoritário no Brasil é 5% maior do

que o registrado entre católicos e quase 10% a mais do que o encontrado entre ateus e agnósticos.

Não por acaso, os evangélicos são o grupo que mais aprovou a ação de manifestantes bolsonaristas que ocuparam o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o STF no último dia 8 de janeiro. Em números proporcionais: 31,2% dos evangélicos aprovam as invasões, cifra 17% maior que a encontrada entre católicos e quase duas vezes acima da média geral dos entrevistados (18,4%). A maior parte dos entrevistados (75,8%), contudo, desaprova os atos.

Os dados em tela mostram a dimensão e profundidade do envolvimento dos evangélicos com a extrema direita. Revelam ainda o quanto a narrativa bolsonarista possui aderência nesses crentes, sobretudo no descrédito às instituições e ao sistema democrático. E por mais que os evangélicos sejam de fato plurais, diversos e não raras vezes conflituosos, é inegável a coesão e senso de unidade que o movimento evangélico ganhou após a emergência do bolsonarismo.

O grande desafio de nosso momento histórico, portanto, consiste em encontrar caminhos para que valores democráticos tenham espaço em um campo tão influenciado pelo extremismo político e pelo fundamentalismo religioso. A esquerda não-religiosa deve se atentar para os atos do dia 8 de janeiro, envolvendo os religiosos, como um campo a ser trabalhado de duas formas: 1) a neutralização e enfrentamento do discurso fundamentalista: como desmantelar as atrocidades psicossociais que têm sido cometidas em nome da religião na sociedade, políticas públicas e outros espaços da vida; 2) a disputa hermenêutica como estratégia de fazer pontes com a base religiosa popular que encontra refúgio na religião, entendendo a potência da experiência religiosa para o povo brasileiro.

Esses desafios se colocam para o campo popular, na tarefa perene de, junto à classe trabalhadora no cotidiano dos territórios, considerar a religião como identidade mobilizadora de nosso povo e, a partir dessa linguagem, construir outras narrativas de mobilização e compreensão do mundo. No entanto, ao observar as ações em nossos territórios e na América Latina, podemos perceber que o fundamentalismo não se limita apenas a gritos raivosos inconsequentes. Ele segue fomentando leis, interferindo em materiais didáticos de nossas crianças, ocupando as universidades - muitas vezes fantasiados de uma suposta neutralidade científica.

As lideranças fundamentalistas seguem se organizando estrategicamente, com pautas que dialogam diretamente com o povo, manejando afetos e sentimentos com consequências concretas, criando um novo senso comum crente que tem hegemonizado a leitura de mundo de parte significativa de nossa classe e que vai além, ocupando espaços públicos estratégicos. É papel dos militantes populares e dos espaços institucionais da esquerda olhar para os evangélicos como força política institucionalizada e mobilizadora de nossa classe. A desbolsonarização da sociedade brasileira precisará passar pelos evangélicos.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2023/01/13/artigo-o-fundamentalismo-evangelico-e-a-ameaca-a-democracia-desafios-para-o-novo-governo

Em Foco III

A sociedade precisa debater a Defesa Nacional

Por *Manuel Domingos Neto*
25/01/2023

Comandar corporações pressupõe estabelecer-lhes diretrizes e escolher os responsáveis por sua implementação. A autonomia corporativa deve ser concedida no limite do cumprimento das missões recebidas.

Repiso o ensinamento universal e atemporal: chefias de Estado, ou enquadram aparelhos de força ou serão por eles enquadrados. Chefes de Estado não atendem as fileiras; as fileiras devem atendê-los.

Lula precisa assumir o comando das Forças. Neste ambiente de redefinição da hegemonia internacional, crescem os anúncios de guerra. O Brasil será afetado e Defesa Nacional não se improvisa.

Ademais, não há outra forma de conter o aberrante ativismo político das fileiras senão atribuindo-lhes missões desafiadoras. Atarefados com seus afazeres profissionais, os generais terão menos tempo para a militância política. Não se empenharão em doideiras, como a de usar um inqualificável para ascender ao mando e implementar suas proposições.

A coletânea que organizei recentemente, “Comentários a um delírio militarista”, mostra a perversidade que os políticos fardados programaram para o Brasil. Uma derrota eleitoral apertada atrapalhou a implementação de seus planos.

No susto, Lula deu seus primeiros passos rumo ao comando. No vilipêndio de 8 de janeiro, o presidente não contou com as Forças para o restabelecimento da ordem. Reconheceu que não exerce o comando. Foi o primeiro passo para superar uma inconstitucionalidade gritante.

No segundo passo, Lula firmou uma preliminar irrecorrível, declarando que Forças Armadas não constituem poder moderador.

O terceiro passo foi a demissão do comandante do Exército. O momento mais adequado para essa decisão teria sido no domingo infame. Os brasileiros e o mundo todo abominaram o vandalismo da extrema-direita. Lula detinha, então, o máximo de legitimidade para agir. As cúpulas militares não o afrontariam.

O general Arruda e seus comandados ou foram cúmplices ou fracassaram na defesa dos símbolos nacionais que juraram defender. Portassem sentimento de honra militar, teriam pedido demissão na noite do domingo.

Desconheço os motivos de Lula para nomear o general Tomás como novo comandante. Nunca estive com esse general. Ocorreu-me que a escolha de um oficial mais moderno sinalizaria melhor a autoridade presidencial. Mas achei sensatas as ponderações favoráveis ao escolhido.

No mais, a escolha do novo comandante tem importância limitada: não há diferenças substanciais entre os integrantes da alta hierarquia. Por ação ou omissão, todos participaram

do jogo que resultou no governo mais sinistro da história republicana. Todos passaram pelo mesmo crivo político-ideológico para ascender hierarquicamente. Todos foram embebidos de ultraconservadorismo. Todos assimilaram a história escrita sob a ótica do quartel. Todos repelem mudanças sociais que afetem as estruturas orgânicas e funcionais de suas corporações. Todos querem uma sociedade à seu gosto.

Democratas aplaudiram o discurso do general Tomás diante de sua tropa. Nem sabiam que esse militar reproduzia disciplinadamente a posição do comandante Arruda. Para mim, o general Tomás devia ter se calado. Não cabe naturalizar discursos políticos de funcionários armados.

No mais, a fala do hoje comandante do Exército foi incoerente: referiu-se a "terremoto político" como se nada tivesse a ver com isso. É difícil classificar como "legalista" quem abonou contestações ao processo eleitoral e agasalhou golpistas nos perímetros de segurança dos quartéis sob seu comando.

Os próximos passos de Lula rumo ao comando das Forças Armadas serão difíceis. É extensa a lista de integrantes da "família militar" envolvidos nos atentados à democracia. Como reagirá o comandante do Exército vendo os seus prestando contas à polícia?

Porém, o passo definitivo para que Lula assuma o comando será o estabelecimento de diretrizes para a Defesa Nacional. Nesta matéria, as corporações pontificaram desde sempre e fracassaram. Em que pese o grande volume de recursos públicos empregados ao longo de séculos, não detemos capacidade de proteger nosso espaço territorial, marítimo, aéreo e cibernético do estrangeiro cobiçoso.

Lula quer "cuidar do povo brasileiro". Os cuidados compreendem a Defesa Nacional. Trata-se de política pública que, por sua abrangência e sua complexidade, não pode ser entregue aos que se preparam para o combate. É matéria eminentemente política. Envolve todos os domínios do Estado e da sociedade. Merece a convocação de uma conferência nacional.

A quebra do monopólio castrense na definição das iniciativas demandadas para Defesa alongaria a lista de ineditismos de Lula. Nenhum outro presidente eleito democraticamente conseguiu comandar as Forças Armadas. Nessa matéria, todos obedeceram aos comandos militares.

Convocar lideranças políticas, parlamentares, cientistas, empresários, diplomatas, jornalistas, procuradores, delegados, policiais militares, representantes dos povos originários e líderes comunitários para conferir Defesa Nacional e oferecer sugestões será o passo decisivo de Lula para assumir o comando das Forças Armadas.

Os generais agradecerão, já que sempre reclamaram da falta de envolvimento da sociedade nos assuntos de Defesa.

Link: **https://www.brasildefato.com.br/2023/01/25/artigo-a-sociedade-precisa-debater-a-defesa-nacional**

Em Foco IV

O 8 de Janeiro abriu chance de despolitizar as Forças Armadas?

Por *Fabio Côrrea*
26/01/2023

Os ataques às sedes dos três Poderes, em Brasília, por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no último dia 8 de janeiro, marcaram uma mudança nas relações entre o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os comandos militares e levantaram a questão sobre uma eventual despolitização das Forças Armadas.

Diante de indícios de omissão e conivência de parte das forças de segurança responsáveis pelos edifícios destruídos pela turba de manifestantes golpistas, o chefe do Executivo tomou medidas para tentar reduzir o poder dos generais ligados a Bolsonaro no governo federal.

Na mais contundente delas, Lula trocou o comando do Exército, no último dia 21, substituindo o general Júlio César de Arruda pelo general Tomás Miguel Ribeiro Paiva. O novo comandante, que chefiava o Comando Militar do Sudeste, havia proferido um discurso legalista para os comandados, poucos dias antes da troca, defendendo o respeito às urnas.

A troca é vista como uma tentativa do novo governo de dar cabo a um processo de influência política das Forças Armadas iniciado durante o governo da também petista Dilma Rousseff (2011-2016), após a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

"A construção do domínio civil sobre os militares se manteve do governo Fernando Collor até o governo Lula, mas começou a cair durante o governo Dilma, porque os militares se sublevaram, viram uma fraqueza nos civis, e ninguém os puniu", aponta o cientista político André Anselmo, da Universidade de Syracuse, nos EUA, citando a investigação dos crimes cometidos durante a ditadura pela CNV como um dos principais motivos para essa reação de integrantes das Forças Armadas.

"Quando o general [Eduardo] Villas Bôas chegou ao comando do Exército [durante o governo Dilma], começou uma campanha aberta para que os comandantes tivessem perfil em redes sociais e postassem proficuamente. A grande maioria deles fazia postagens com platitudes, como treinamentos dentro dos quartéis. Mas vários deles perceberam uma audiência e começaram a falar de política", acrescenta Anselmo.

Essa politização das Forças Armadas, que foi intensificada com a recriação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI**)** durante o governo Temer, chegou ao ápice durante o mandato do capitão da reserva Bolsonaro, cujos discursos antidemocráticos são apontados como responsáveis por inflamar os atos golpistas de 8 de janeiro.

Para cientistas políticos ouvidos pela DW, o momento é de oportunidade para o atual governo petista diminuir a influência dos militares na administração federal. Segundo eles, o ideal seriam alterações efetivas na legislação brasileira para restringir a politização das Forças Armadas – o que, porém, tanto pelo possível desgaste político quanto pela própria agenda do Partido dos Trabalhadores, que deve priorizar a economia, seria pouco provável de acontecer.

"No momento, há uma 'janela de oportunidade' para que sejam corrigidos alguns aspectos problemáticos – como a forte presença militar no governo e a visível desobediência do comando do Exército", afirma Christoph Harig, especialista em segurança, militarismo e pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Técnica de Braunschweig, na Alemanha.

Harig classifica as medidas adotadas por Lula após os atos em Brasília como "corretas" e "importantes". Além da troca no comando do Exército, o novo governo dispensou dezenas de militares ligados à Presidência, incluindo integrantes do GSI.

Para o especialista, no entanto, é necessário que o país imponha reformas no sistema de formação dos cadetes, uma quarentena para oficiais que queiram ingressar na política ou até mesmo uma mudança do artigo 142 da Constituição (sobre o papel das Forças Armadas) para frear a compreensão dos militares de serem uma espécie de "poder moderador".

"Mas não acredito que isso seja possível. Até mesmo sob o novo comandante há, para os militares, uma espécie de 'linha vermelha' que não deve ser ultrapassada pelo governo: como, principalmente, a anistia para os crimes cometidos durante a ditadura", explica o pesquisador.

A própria punição de generais eventualmente envolvidos nos ataques de 8 de janeiro será evitada pelo comando atual, avalia Harig. Além de membros das corporações em Brasília, o Exército também não atendeu às ordens da Polícia Militar do Distrito Federal para desmontar acampamentos golpistas que estavam em uma zona de jurisdição das Forças Armadas.

Logo após a vitória nas eleições de 2022, Lula buscou uma forma de apaziguar as tensões com os militares, que gozavam de prestígio e forte presença na máquina estatal durante a gestão de Bolsonaro. Como primeira medida, o petista indicou José Múcio Monteiro para o Ministério da Defesa, um civil de perfil conciliador e com bom trânsito entre os generais. No entanto, Múcio não foi capaz de conter a desordem do 8 de Janeiro, tendo chamado os acampamentos golpistas de "movimentos democráticos" e minimizado a responsabilidade do comando militar nos atos de vandalismo em Brasília.

Para Anselmo, no entanto, o atual presidente tem agido na direção certa ao retirar os militares de cargos da administração pública federal e tentar diminuir o papel dos generais nas discussões políticas. "Lula já tinha esse desejo, e o dia 8 de janeiro só deu mais força para ele fazer isso, tendo apoio de grande parte do establishment político que talvez não o apoiasse se não houvesse essa baderna que virou a destruição dos prédios em Brasília", afirma.

Segundo o cientista político, a promessa do atual presidente de investir na indústria militar, feita em uma reunião com os comandantes das três forças antes da troca do comando no Exército, pode ser uma carta na manga. Para ele, apesar das diferenças ideológicas, a política desenvolvimentista é um ponto de contato entre Lula e os militares.

"Esse pode ser um ponto importante para Lula, de apaziguamento, se ele retomar os investimentos que fez, durante os primeiros governos dele (2003-2010) na Defesa. A Dilma cortou isso, com o Bolsonaro deixou de existir. O Lula foi o único que investiu em submarino militar, em caças. Isso pode servir como moeda de troca", diz Anselmo.

Um possível "recuo" dos militares nas decisões políticas, no entanto, não deve significar uma despolitização total dos militares. Para Paulo Henrique Cassimiro, professor de Ciências Políticas da UERJ, o que ocorreu foi que a opinião pública negativa com os eventos do 8 de Janeiro e a omissão dos militares com os atos gerou um clima negativo para as Forças Armadas.

"O que a gente vai ver é o recuo daqueles membros que vocalizavam posições políticas muito manifestas. Mas acho que isso não vai significar uma mudança na cultura política das Forças Armadas, o que 30 anos de democratização não mudaram", acrescenta Cassimiro, que acredita que as medidas tomadas pelo governo Lula podem aumentar o ressentimento dos militares com o PT, mas que isso não deve ser traduzido em alguma ação, como um golpe militar.

Harig acredita que os militares vão "se arranjar" com o novo governo. "Isso inclui também evitar conflitos abertos, para evitar oferecer oportunidades de serem atacados e para que eles continuem mantendo os vários privilégios", diz.

Os três especialistas ouvidos pela DW concordam que uma mudança no artigo 142 da Constituição Federal é uma das medidas mais urgentes para se evitar a continuidade de novas aventuras militares na política.

O texto diz: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem."

O artigo, segundo Anselmo, é usado por juristas "desonestos intelectualmente" para afirmar que as Forças Armadas poderiam agir em eventuais conflitos entre Poderes. "O ideal na reforma do 142 seria reformar toda a seção de defesa da Constituição para deixar claro que as Forças Armadas não atuam em questões internas", considera.

Porém, o cientista político afirma que a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) neste momento é muito difícil de acontecer, principalmente diante de outras discussões que têm prioridade maior na agenda do governo Lula – como as reformas tributária e fiscal, por exemplo, que precisam de grande poder de barganha com o Congresso.

"O Lula é muito habilidoso na conciliação e no apaziguamento, e provavelmente o governo dele vai apostar numa postura de controlar os militares institucionalmente, sem fazer uma PEC. A menos que a economia deslanche de vez, o governo seja muito bem-sucedido e tenha força para mexer nisso", analisa.

Outras questões, como a quarentena para militares assumirem funções administrativas, por exemplo, também devem ter pouco espaço. Como explica Cassimiro, da UERJ, o próprio caráter do Congresso atual, com a presença de um forte lobby político na presença de militares

oriundos do governo Bolsonaro, como os generais Eduardo Pazuello (ex-ministro da Saúde e agora deputado federal) e Hamilton Mourão (ex-vice-presidente e atual senador), é um obstáculo.

"O governo Lula não pode se dar ao luxo de queimar capital com o papel das Forças Armadas, porque existe uma série de questões econômicas muito mais urgentes", explica.

Para ele, o sucesso da agenda econômica do governo Lula é essencial até mesmo para impedir que uma articulação militar ligada à direita possa eleger um candidato de oposição em 2026.

"Se o governo Lula não der respostas de médio prazo, vai comprometer a manutenção da frente democrática no poder em 2026. Essa despolitização não vai acontecer de uma hora para outra. Acreditou-se que eles estavam adequados ao critério democrático, e a verdade é que descobrimos que não. Não vai ser uma canetada que vai mudar isso", conclui.

Link: **https://www.dw.com/pt-br/o-8-de-janeiro-abriu-oportunidade-de-despolitizar-as-for%C3%A7as-armadas/a-64506952**

Em Foco V

Como Bolsonaro lançou os Yanomami ao inferno

Por *Moisés Ramalho*
23/01/2023

Minha esperança hoje é a de que, se os fatos e a brutal realidade não nos comoveram e sensibilizaram durante as últimas décadas, pelo menos as tristes imagens do calvário yanomami divulgadas nos últimos dias consigam nos mobilizar para pôr fim ao genocídio a que assistimos omissos. Com a ida do presidente Lula a Roraima no último sábado (21), quando anunciou medidas emergenciais para combater a crise humanitária provocada pelo garimpo, os flagrantes do sofrimento, da desolação e da morte circularam pelo país e pelo mundo.

Foram justamente as fotos de crianças magérrimas, esqueléticas, de idosos esquálidos, moribundos, que impressionaram o presidente: “Tive acesso às fotos nesta semana e efetivamente me abalaram, porque a gente não entende como o país que tem as condições do Brasil deixa indígenas abandonados como estão aqui”, disse Lula, adiantando que em seu governo não existirá mais garimpo ilegal, apesar de reconhecer as dificuldades de combatê-lo.

Que tenhamos plena consciência disto: trata-se de mais um capítulo da conquista do Novo Mundo, que, diante de nossos olhos, acontece agora na região da Serra Parima — coração do território yanomami —, e temos, como nação, a desonra e a vergonha de fazer parte desta tragédia. Durante os últimos quatro anos, em nosso solo, capitaneados por um governo cuja bandeira foi a morte, os brasileiros, enquanto nação — ou ainda, enquanto pátria, como alguns cínicos preferem — protagonizaram o genocídio do povo yanomami.

E não foi por falta de meios. O Exército Brasileiro mantém três quartéis dos Pelotões Especiais de Fronteiras (PEFs) na Terra Indígena Yanomami: em Maturacá e Auaris, o 5º PEF, e em Surucucu, o 4º PEF, que poderiam ter defendido o território yanomami dos garimpeiros ou pelo menos contribuído para tal, e evitado esta tragédia humanitária.

O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) do Comando da Aeronáutica, que tem como um dos objetivos o monitoramento da atividade aérea (sem a qual o garimpo não é possível e muito menos viável), também poderia ter coibido o intenso tráfico aéreo dos garimpeiros. O controle do comércio e distribuição do combustível de aeronaves teria sido outro meio de coibir o garimpo, mas nada foi feito! E agora só nos resta a vergonha de ter assistido a esse horror sem sequer se levantar de nosso confortável sofá. Fomos omissos, nós, brasileiros. É o mínimo que a decência nos obriga a admitir. Já a omissão das autoridades é criminosa e os responsáveis devem pagar por isso. Vale lembrar, porém, que o calvário yanomami vem longa data, desde anos de chumbo. É o que tentarei relatar…

Ninguém deveria ser lançado ao inferno por duas vezes. Pois é justamente o que acontece hoje com os Yanomami, que têm sua terra invadida por dezenas de milhares de garimpeiros pela segunda vez em menos de uma geração. Ou seja, são mais uma vez aqueles que resistem à solução final dos conquistadores em pleno século 21. E não se pode negar o óbvio, a verdade mais gritante: trata-se de uma questão racial. A nação só se permite assistir indiferente à invasão das terras dos Yanomami e ao seu massacre porque, na verdade, trata-os como selvagens, como "índios" – perpetuando esse estereótipo do século 16 -, como fazendo parte de uma sub-humanidade decaída, atrasada. São ainda os "negros da terra" dos séculos 16 e 17.

Trata-se, pois, do racismo, esse elemento fundador e estruturante de nossa sociedade. Sucedesse tal horror nas cidades do interior paulista ou nos povoados gaúchos, a mão pesada do Estado brasileiro restauraria de imediato a lei e a ordem, protegendo seus cidadãos. Mas não é o que acontece quando se trata de "índios". Esses podem até coexistir no mesmo espaço que o "nosso", mas não fazem parte, para todos os efeitos, de nossa mesma humanidade. Alguém tem dúvida a respeito? Pois então ouçam o ex-presidente da República Jair Bolsonaro, em reflexão sobre o tema em janeiro de 2020:

"Com toda certeza, o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós".

Bolsonaro foi denunciado no Tribunal Penal Internacional (TPI) em novembro de 2019, pela Comissão Arns, por crimes contra a humanidade e incitação ao genocídio dos povos indígenas do Brasil. E o que fez o Estado brasileiro diante disso tudo? Nada. Ao contrário, Bolsonaro durante todo seu governo — e mesmo antes — incentivou de todas as formas o garimpo e a invasão das terras indígenas. E isso, sobretudo em plena pandemia de covid-19, quando Bolsonaro vetou na Lei 14.021, de 2020, prevendo medidas de proteção às comunidades indígenas na pandemia, 16 dispositivos que previam acesso à água potável, material de higiene, leitos hospitalares e respiradores.

Ainda durante a pandemia, o Ministério Público Federal, então, por meio da Procuradoria da República em Roraima, expressou preocupação com a declaração do ministro da Defesa, general Fernando de Azevedo, de que o coronavírus estava controlado entre os Yanomami. Causou espanto também ao MPF a inexistência de qualquer medida de proteção territorial justamente durante uma "operação" que visava conter a propagação da covid-19, cujo principal fator de risco entre os Yanomami é justamente o garimpo ilegal.

Em nota divulgada em julho de 2020, o MPF informou que, frente à tentativa de minimizar a gravidade da pandemia e seus riscos por parte dos órgãos e instituições competentes "aguarda decisão do TRF1 em recurso interposto na ação civil pública que busca obrigar o Poder Executivo Federal à única medida eficiente de proteção: a elaboração de um plano emergencial de ações para monitoramento territorial efetivo da Terra Indígena Yanomami, combate a ilícitos ambientais e extrusão de infratores ambientais que possam transmitir a covid-19, inclusive à comunidade isolada Moxihatëtea, está exposta a um risco concreto de genocídio". E não nos façamos de desentendidos: o genocídio não é uma figura de linguagem. A existência dos Yanomami está por um fio. Seu mundo ameaçado da maneira que sempre foi: através da extrema violência, da devastação da terra, da morte, da fome, da doença e do desespero.

Pois é! Infelizmente o destino tem seus caprichos. O recrudescimento da invasão de suas terras aconteceu em plena pandemia da covid-19, tornando assim os Yanomami ainda mais vulneráveis: a devastação de uma potencializada pelo perigo da outra. O pesadelo de ver seu mundo, a floresta, literalmente destruído e seus parentes dizimados pelas doenças, pela fome e pela violência é assim vivido ainda uma vez por aqueles que mal se recuperaram do desastre provocado pela primeira febre do ouro em Roraima entre 1985 e 1990. É possível que hoje contemos mais garimpeiros — muito provavelmente mais de 20 mil — do que indígenas em seu território no Brasil.

A devastação causada pela atividade de extração do ouro é inimaginável. Sugiro ao leitor que faça uma busca no Google Images, digitando "garimpo em terra yanomami" para se dar conta do que estamos falando. A selva se transforma em uma paisagem lunar irreconhecível. Não somente a floresta é totalmente destruída como também os rios, que são dragados, desviados de seu curso, aterrados e se tornam uma infinidade de lagos estagnados e sem nenhuma vida.

Como se não bastasse, todo ser vivo é contaminado pelo mercúrio, amplamente usado no garimpo — para separar o ouro de outros metais e amalgamá-lo. Para que tenhamos uma ideia do que estamos falando, cito um estudo da Fiocruz em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), realizado no ano de 2019, que registrou na região de Waikás uma aldeia yanomami com um índice de contaminação de mais de 90% de seus moradores.

Mas toda essa destruição é apenas uma face da moeda. A outra, menos conhecida, é a devastação humana que o garimpo provoca nas comunidades yanomami — tão terrível quanto a primeira. O exemplo mais cru dessa tempestade de violência que se abate sobre as aldeias envolvidas pelo garimpo foi o massacre do Haximu, em que 16 membros de uma aldeia da região do Homoxi, em Roraima, foram trucidados por garimpeiros em junho e julho de 1993.

A intenção dos garimpeiros, armados de facões, espingardas e revólveres era exterminar toda a aldeia, no entanto a maioria dos adultos tinha partido para um acampamento na floresta. Quem permaneceu na casa coletiva e não conseguiu fugir, 12 pessoas, entre elas, um adulto, mulheres, crianças e idosos, foram mortos a tiros e tiveram os corpos retalhados a facão; uma idosa foi morta a pontapés e mesmo um bebê não foi poupado. Outros quatro jovens yanomami dessa mesma comunidade já tinham sido assassinados algumas semanas antes, no mês de junho, elevando o total de mortos para 16. Esse massacre foi único caso no Brasil julgado como genocídio.

Durante a primeira invasão garimpeira de seu território, os Yanomami viram sua população dizimada em 20% —comparativamente, é como se 42 milhões perecessem. Certamente, todos esses mortos não sucumbiram às armas dos garimpeiros. Mas, nem por isso, deixam de ser vítimas da

violência e brutalidade que regem as relações entre garimpeiros e Yanomami. Instalado o garimpo e a corrutela os indígenas são tragados por uma espiral infernal.

De início, quando a correlação de forças local ainda não está do lado dos garimpeiros, armas de fogo e bebida alcoólica são moeda corrente para comprar senão a simpatia ao menos a tolerância dos Yanomami, que de qualquer forma logo se veem subjugados por milhares de intrusos com bastante disposição e poder — possuindo balsas, maquinário, armas de fogo, aviões, helicópteros —, para dominar a região onde se instalam.

É sempre bom lembrar que os Yanomami passaram a ter contato mais permanente com a sociedade nacional apenas a partir de meados da década de 1960. Mesmo assim, de forma muito limitada e pontual, através das missões religiosas, da Funai e, mais tarde, com a abertura da Perimetral Norte (mais tarde abandonada) e com o Projeto Calha Norte, em 1980, e a instalação das unidades de fronteira do Exército Brasileiro.

A maioria das pessoas vive como seus ancestrais e fala apenas sua própria língua em aldeias com pouco mais de 50 habitantes. O horizonte social do Yanomami vivendo na floresta são as relações que mantém com mais três ou quatro comunidades vizinhas, ou seja, um coletivo humano de 200 indivíduos. Assim, o desconhecimento da dimensão que pode tomar a invasão garimpeira, do número de invasores que o ouro pode atrair, e a incompreensão dos perigos que irão necessariamente ameaçar seu futuro e sua existência, faz com que os indígenas nem sempre se mostrem hostis à chegada desses estranhos em seu mundo.

Então, quando um garimpo e a corrutela se instalam em sua floresta, já é tarde demais. O relato de violência, atrocidades e desespero é interminável.

Na região de Xitei, na Terra Indígena Yanomami, um jovem de 21 anos da comunidade de Haxi-u foi morto a tiros pelos garimpeiros no dia 17 de dezembro de 2022. Menos de oito meses antes, em abril, na mesma região, dois outros yanomami foram assassinados e cinco ficaram feridos em conflito com os garimpeiros. No início de outubro de 2022, um líder yanomami foi morto e um jovem ferido a bala por garimpeiros na comunidade de Napolepi, próximo ao rio Uraricoera, em Alto Alegre, Roraima.

No dia 12 de outubro de 2021, duas crianças de cinco e sete anos, se afogaram ao serem tragadas por uma balsa de garimpo que dragava um rio próximo a sua comunidade, na região de Parima, em Roraima. O jovem Edgard Yanomami, de 25 anos, da comunidade de Homoxi foi atropelado e morto por um avião que servia ao garimpo na pista de aterrissagem da região — que antes servia à Secretaria de Saúde Indígena e à Funai e foi tomada pelos garimpeiros.

No dia 25 de abril de 2022, Yanomami da aldeia Aracaçá, na região de Waikás, de denunciaram o estupro e assassinato de uma menina 12 por garimpeiros e o desaparecimento de uma criança de três anos. Dias depois, a aldeia foi incendiada e seus 24 moradores desapareceram, provavelmente fugindo de represálias por parte dos criminosos.

Intermináveis também foram os pedidos de socorro. Somente a Associação Hutukara, cujo presidente é Davi Kopenawa, enviou nos últimos dois anos 21 ofícios às autoridades competentes, Exército Brasileiro, Ministério Público, Funai e Polícia Federal denunciando as atrocidades e os crimes cometidos pelos garimpeiros, sem que nenhuma providência efetiva tenha sido tomada para evitar a tragédia atual.

Na mesma região onde dois jovens foram assassinados, no alto rio Parima, em Roraima, em fevereiro de 2019, os Yanomami já haviam revelado a devastação social provocada pelo garimpo. Em ofício à Funai e ao Ministério Público Federal, a Associação dos Povos Yanomami de Roraima – Hwenama, denunciava o trabalho escravo, a prostituição de mulheres e crianças indígenas, a disseminação de armas de fogo e bebida alcoólica e a violência dos garimpeiros.

"Os homens adultos são arregimentados para o trabalho de extração do ouro, em condições análogas a de escravo, o que leva ao abandono das roças e das atividades de caça e pesca. O resultado disso é uma aguda escassez de alimentos e um quadro de fome sem precedentes, que tem levado a população ao desespero", relata o documento, acrescentando em seguida: "aproveitando-se desta situação, o garimpo promove a prostituição das mulheres e crianças, em troca de alimento. As mulheres e jovens yanomami que engravidam e têm filhos retornam à comunidade, tendo que se sustentar sozinhas, sem o apoio de um marido ou da família, agravando ainda mais a situação. Sem falar na transmissão de doenças sexualmente transmissíveis".

Apesar da gravidade dos fatos denunciados, praticamente nenhuma providência foi tomada e chegamos onde estamos. E é importante ressaltar que, na denúncia feita pela Hwenama, os Yanomami enfatizam uma das consequências inevitáveis da presença do garimpo em suas terras: a fome, que se instala de maneira permanente.

Para entender a extensão do desastre é preciso conhecer o funcionamento das comunidades indígenas. A atividade econômica principal dos Yanomami é a agricultura de coivara. Cada aldeia, que pode contar de 30 a 100 pessoas planta sua roça, de onde provém boa parte de sua alimentação. Plantam-se sobretudo banana e mandioca, fornecendo o principal dos carboidratos da dieta yanomami, que é completada com a proteína da caça, pesca e colheita dos frutos da floresta.

A produtividade da roça yanomami se limita a apenas alguns anos. Depois disso, a floresta recomeça a retomar seu terreno e o trabalho de limpeza da roça demanda tamanho esforço que torna sua manutenção inviável. Abre-se então uma nova lavoura em um novo sítio. Por esse motivo, cada grupo sempre dispõe de mais de um roçado. Vemos assim um padrão de mobilidade do assentamento e escalonamento a longo prazo da exploração do solo.

Na verdade, uma comunidade precavida possui três lavouras: uma, mais antiga, já sendo retomada pela floresta, mas de onde ainda é possível colher alguma coisa, sobretudo banana; outra, próxima à localização atual da aldeia, em plena produção; e finalmente uma terceira sendo aberta, para substituir a atual quando esta não fornecer o suficiente para alimentar a todos.

Mas, com o garimpo, os Yanomami passam a viver literalmente sitiados em suas aldeias, ameaçados por milhares de forasteiros que reviram a terra e os leitos dos igarapés e rios a procura de ouro, consumem o produto das suas roças, espantam ou exterminam a caça com armas de fogo e ameaçam ou matam quem resiste à invasão. Desta forma, todo trabalho na lavoura é abandonado ou inviabilizado.

Por outro lado, a geografia da região torna a alimentação dos milhares de garimpeiros um problema de logística insolúvel: tudo o que é consumido deve ser transportado por aviões monomotores ou helicópteros de Boa Vista, a pelo menos 200 kms de distância de lá, tornando quase proibitivo o preço da comida. Na melhor das hipóteses, quando possível, os garimpeiros têm que subir os rios nas voadeiras (botes de alumínio motorizados) enfrentando corredeiras e navegando durante dias.

A saída, muitas vezes, é simplesmente saquear as roças yanomami ou, quando muito, obrigá-los a negociar seu produto. O resultado é a desestruturação da lavoura, de cujo frágil equilíbrio depende a segurança alimentar da aldeia. A comunidade não tem outra forma de superar tal crise na selva — não há mercado, estoque, moeda ou coisa que o valha! O desfecho é o desespero. É a fome então empurra as mulheres e crianças para a prostituição e os homens para se prestar a qualquer trabalho em troca de comida.

Mas, como se não bastasse tudo isso, essa situação de ruptura social é agravada pelo caos sanitário, com a multiplicação dos casos de covid-19 e malária entre as comunidades situadas próximo aos garimpos e corrutelas, conforme os próprios Yanomami vêm relatando desde o início da pandemia.

Não há como negar que o governo de Jair Bolsonaro, ele próprio um garimpeiro amador confesso, e seus burocratas fardados ou à paisana, são responsáveis diretos pela dimensão da invasão das terras indígenas, pela recrudescência do garimpo e pelo genocídio que ameaça o povo Yanomami.

A anunciada foiçada na Funai, desferida por Bolsonaro, foi certeira e a Fundação em seu (des)governo não passou de um entulho que mais atrapalhou do que ajudou os povos indígenas. O presidente não se cansa de dizer que as riquezas minerais das terras indígenas devem ser liberadas para a exploração pelos brasileiros. Recuamos séculos!

Enquanto o resto do mundo derruba as estátuas e remove os monumentos aos conquistadores colonialistas, somos obrigados a ouvir do presidente este louvor ao genocídio: “O que seria do Brasil sem os bandeirantes que exploraram os diamantes? Teríamos um terço do território atual se não fossem eles. É preciso parar de tratar o garimpeiro como bandido no Brasil”.

Mas o que realmente pensa a respeito foi revelado em uma declaração de 1998 quando ainda era um medíocre e obscuro deputado federal e talvez não tivesse escrúpulos em camuflar suas convicções: “A cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e, hoje em dia, não tem esse problema em seu país”.

Mas ainda há alguma luz nas nossas trevas e esperança de que o genocida pague por seus crimes.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns e o Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu), grupo de advogadas que atua voluntariamente promovendo os direitos humanos, denunciaram no dia 28 de novembro de 2019 ao Tribunal Penal Internacional (TPI) o presidente Jair Bolsonaro por “crimes contra a humanidade e atos que levam ao genocídio de comunidades indígenas e tradicionais”. Bolsonaro, se a denúncia for aceita pelo TPI, sediado em Haia, na Holanda, deve responder por atos e omissões que levaram ao assassinato de líderes indígenas, violência a comunidades, ao desmatamento e ao desmantelamento de órgãos estatais encarregados de supervisionar a atuação governamentais e a proteção ao meio ambiente.

Link:https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/como-bolsonaro-lancou-os-yanomami-ao-inferno/

Em Foco VI

Como a tragédia em São Paulo explica o Brasil de pobres, ricos, violentos e parasitas

Por *Leonardo Sakamoto*
22/02/2023

A forte chuva que caiu no litoral norte de São Paulo deixou um saldo diferente para ricos e pobres - consequência lógica de um país que ostenta a desigualdade social como patrimônio natural. Nesse sentido, a situação no município mais afetado, São Sebastião, é um microcosmo da realidade brasileira.
Tão logo a água invadiu casas e pousadas de luxo, influenciadores, famosos e ricos postaram vídeos em desespero nas redes sociais, reclamando que haviam perdido carros e roupas. Triste, claro. Mas isso deveria nem fazer sombra ao que aconteceu na comunidade de Vila Sahy, onde centenas de pessoas perderam tudo. Muitos, a própria vida.

Tragédias não são comparáveis, você pode dizer. Só para a nossa sociedade, que coloca patrimônio acima da dignidade humana.

A Vila Sahy nasceu como uma ocupação formada por migrantes nordestinos que vieram tentar a sorte no litoral paulista. As casas simples abrigam trabalhadores que prestam serviços para as residências e os negócios de alto padrão na região.

Originalmente, as famílias humildes é que moravam na praia, onde agora ficam os condomínios, pousadas e hotéis. Mas foram sendo empurradas pela especulação imobiliária para as encostas de morros, em um processo que também mata nas periferias da Grande São Paulo, de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, da Bahia, e de vários lugares soterrados pelas chuvas por inação de governos.

Não apenas o impacto foi menor nos locais mais ricos e com mais estrutura, como também a logística foi diferente. Há uma São Sebastião rica, das praias e de parte dos sertões, e uma muito pobre, nos morros. Em uma, há quem não encontre problemas em alugar um helicóptero pagando 31 salários mínimos, enquanto na outra muitos voaram pela primeira vez depois de mortos.

Enquanto o Exército usa helicópteros para transportar os corpos de vítimas da comunidade Vila Sahy, deixando-os em um heliponto improvisado no meio da rodovia Rio-Santos, outros fazem voos de aluguel para ricos deixarem o litoral.

Empresas de táxi aéreo estão cobrando até R$ 40 mil (oito passageiros mais serviço de bordo) para buscar turistas ilhados. Caro? Para muitos, é dinheiro de pinga mesmo com os preços inflacionados pela alta demanda. Camila Turtelli, do UOL, conversou com empresas que disseram ter recebido mais de 50 telefonemas e interessados em um único dia.

Seguimos parecidos com um transatlântico sem botes salva-vidas para os seus trabalhadores. Na verdade, apenas quem paga passagem na primeira classe tem acesso ao mimo.

E, em meio ao caos, surgem aqueles que querem levar vantagem em tudo, outro tipo bastante conhecido no cenário nacional. Problemas no tratamento de água pela Sabesp devido às chuvas fez com que a água fosse racionada. Aproveitando o medo e a incerteza, surgiram parasitas cobrando mais de R$ 90 a garrafa de água mineral, como relatado pela imprensa.

Oferta e demanda, explicarão representantes do mercado. Mas esse salto em uma tragédia não se justifica. É tentativa de explorar o sofrimento alheio - coisa que parte do mercado não vê problema, se gerar algum cascalho.

O governo de São Paulo diz que a Sabesp (ainda não privatizada) enviou 40 mil garrafas de água, 108 mil copos e 30 mil litros e que o abastecimento foi retomado. O problema, novamente, é o que acontece em locais mais pobres, cujo acesso está mais difícil. Serão igualmente beneficiados em comparação aos locais mais ricos?

E não seria um retrato do Brasil de hoje se não houvesse violência burra de uma extrema direita tosca que vive em seu universo paralelo.

Dois repórteres do jornal *O Estado de S.Paulo*, Renata Cafardo e Tiago Queiroz, foram agredidos fisicamente e chamados de "comunistas" por um grupo de moradores do condomínio de luxo Vila de Anoman, em Maresias, também em São Sebastião.
Ambos tiveram a entrada autorizada para falar do condomínio, que ficou com ruas alagadas e carros inundados. Lá as casas têm 315 metros quadrados e piscina privativa e são vendidas a R$ 3,5 milhões cada.

O grupo de agressores, segundo os jornalistas, estava indo curtir uma praia quando parou para agredir a reportagem.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2023/02/22/sakamoto-como-a-tragedia-em-sp-explica-o-brasil-de-pobres-ricos-violentos-e-parasitas

Em Foco VII

Ocupações do MST, sim! Pelas vítimas do trabalho escravo no RS e por todos nós!

Por *Valerio Arcary*
07/03/2023

"A mentira corre mais que a verdade"
"A verdade é como o azeite, vem sempre à tona da água"
Ditados populares portugueses

1 - A Bahia ganhou duas manchetes depois do carnaval. A mídia comercial transformou o episódio da ocupação de uma parcela de uma fazenda da Suzano na Bahia, organizada pelo MST local, em pretexto para um escândalo. Denunciou a mobilização de protesto do MST como "invasão criminosa". Quis a ironia da vida que, na mesma semana, viesse a público a

informação que grandes vinícolas da Serra Gaúcha como a Aurora, Salton e a Cooperativa Garibaldi, contrataram, através de uma obscura Fênix Prestação de Serviços, trabalhadores, que vieram, não por acaso, da Bahia, e estavam em condições análogas à escravidão, num alojamento onde viviam sob ameaças e vigilância armada, e de onde só podiam sair para trabalhar.

O significado das duas notícias é indivisível, mas não ocorreu aos grandes grupos de mídia fazer qualquer conexão. As vítimas sem-terra da concentração de latifúndios no Brasil são obrigadas a migrar de seus estados no Norte e Nordeste para o trabalho sazonal de colheitas no Sul e no Sudeste, forçados a aceitar a superexploração. Ninguém pode acreditar que esta realidade poderá ser superada, algum dia, sem muita resistência e luta. Nenhuma mudança virá a "frio". Terá que ser "a quente" ou nunca. A esquerda não pode vacilar. Ocupações do MST, sim!

2 - A Suzano não é, somente, uma "grande" empresa, é uma corporação multinacional poderosa: no seu site informa que tem 35 mil funcionários, controla 11 plantas industriais, possui 1,3 milhão de hectares, capacidade instalada para a produção de 10,9 milhões de toneladas de celulose por ano. Além de mais de quinze estados no Brasil, atua ainda na Argentina, EUA, Canadá, China, Suíça, entre outros países. Apesar desta dimensão gigante, ignorou durante meses, solenemente, os pedidos do MST para que fosse respeitado um acordo de 2011 para o assentamento de seiscentas famílias. Nada, nadinha, *niente di niente*. Pura soberba.

Já as vinícolas gaúchas transferiram para a terceirizada Fênix a responsabilidade e pediram, "inocentemente", desculpas e ponto final. Uma vergonha. Felizmente, a corajosa Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) está lançando um manifesto em que exige a expropriação das terras das empresas flagradas na exploração de trabalho escravo.

3 - Dias e dias de "barulho" indignado nas televisões, rádios e memes nas redes sociais "satanizando" o MST. Quatro argumentos foram esgrimidos em editorial pela *Folha de São Paulo*, um grupo de comunicação que se alinhou com frações da burguesia liberal contra a candidatura à reeleição de Bolsonaro, não disfarçou muito o apoio à terceira via, no primeiro turno, com Simone Tebet, e agora faz uma disputa pública de exigência sobre o governo Lula. Primeiro: a fazenda de eucaliptos seria "produtiva". Segundo: a ocupação seria uma invasão de propriedade privada, algo inviolável. Terceiro: o MST estava "apontando" contra a Suzano, mas na verdade queria pressionar pela indicação de cargos no Incra. Quarto, mas não menos revelador, a reforma agrária seria uma política social obsoleta, arcaica e, pior ainda, muito "cara", portanto, ineficaz, em função dos sucessos de produtividade do agronegócio.

4 - Os quatro argumentos são insustentáveis. Primeiro: considerar "produtiva" a plantação de eucaliptos é um deboche, diante das sequelas irreparáveis geradas pelos "desertos verdes", porque está reconhecido pelas mais insuspeitas fontes, que causam uma redução brusca na biodiversidade e esgotamento das reservas de água.

Segundo: nem legalmente a propriedade privada, menos ainda o latifúndio, é considerada inviolável no Brasil, porque ela deve respeitar uma função social. Terceiro: é uma teoria conspiratória, digna de bolsonaristas desmiolados, associar a ocupação na Bahia com indicações no Incra ou qualquer outro cargo no governo.

Quarto: a denúncia obtusa da reforma agrária, em função de "embriaguez ideológica", obedece somente à defesa dos interesses dos latifundiários do agronegócio, a fração mais selvagem e anacrônica do capitalismo brasileiro.

5 - As ocupações do MST merecem a mais irrestrita solidariedade. O MST já demonstrou, incontáveis vezes, firmeza na luta e flexibilidade tática.

Acumulou habilidade de saber a hora de avançar, a hora de manter posições e a hora de recuar. Ações têm um impacto na consciência, não somente a luta de ideias. Os argumentos são indispensáveis para legitimar a justiça das lutas populares, mas nada é mais importante que a mobilização de massas.

Cerca de mil e quinhentos trabalhadores ocuparam a fazenda da Suzano. Eles não estavam lutando somente por eles. Estavam na luta pelas vítimas de trabalho escravo no Rio Grande do Sul. Estavam em luta por todos nós. Estamos em uma relação de forças em transição, depois de muitos anos, desde 2016, de uma situação reacionária.

A fração burguesa liberal está em disputa pública sobre os rumos do governo Lula. Movimentos sociais devem ter, também, iniciativa. No próximo dia 8 de março sairemos às ruas no dia internacional da luta das mulheres. E, no dia 21 de março, responderemos ao chamado unitário das Frentes Brasil Popular e Sem Medo

Link: https://www.brasildefato.com.br/2023/03/07/ocupacoes-do-mst-sim-pelas-vitimas-do-trabalho-escravo-no-rs-e-por-todos-nos

Em Foco VII

Reformar ou revogar: o que fazer com o novo "Ensino Médio"?

Por *Monica Ribeiro da Silva*
15/03/2023

Nos últimos dias tem ocupado espaço expressivo na mídia o assunto do Novo Ensino Médio. Tem crescido também um movimento pela revogação das medidas incluídas na Lei de Diretrizes e Bases e da Educação pela Lei 13.415/17, haja vista a convocação para uma ampla mobilização nacional no dia 15 de março feita pelas entidades de representação estudantil (UNE, UBES e ANPG). E têm, em contraponto à proposta de revogação, surgido defesas de que seria suficiente "reformar a reforma", isto é, rever alguns pontos e fazer alguns ajustes. O Ministério da Educação que assumiu no Governo Lula tem se mostrado mais favorável a essa última perspectiva, conforme notícia que circulou na imprensa recentemente, e anuncia a intenção de criar um GT para analisar a situação. Descarta, já de início, a possibilidade de revogação.

Seria suficiente rever alguns pontos? Desde 2016, quando da publicação da Medida Provisória 746/16, já eram indicados vários desacertos que a reforma traria. De lá para cá, as redes estaduais produziram documentos, bases curriculares, propostas, normativas, com vistas a adequar o formato e a oferta para o que passou a ser chamado por "Novo Ensino Médio". E nos últimos dois anos, com maior expressão em 2022, tem início a implementação propriamente dita.

Sobre a regulamentação e elaboração de propostas nas esferas estaduais, o que as pesquisas revelam, em breve síntese, é que se produziu uma imensa diversificação na composição dos textos curriculares, de modo a termos hoje 27 "ensinos médios" pelo país. Há documentos com 200 páginas e há documentos com 900 páginas. Há estados em que foram criadas mais de 200 disciplinas eletivas, e a maioria delas remete a conteúdos de disciplinas convencionais, outras nem isso. A diversificação em si não seria o problema, desde que fosse assegurada uma sólida formação geral básica. Mas a reforma não o faz, haja vista a BNCC e a obrigatoriedade apenas de Língua Portuguesa e Matemática. O "Novo Ensino Médio" reduziu drasticamente a oferta de Sociologia, Filosofia, Artes, Biologia, Química, etc...

E o que foi colocado no lugar? Qual o sentido e a finalidade de ensinar, na última etapa da educação básica, assuntos como aprender a fazer brigadeiros, cuidados pet e como fazer sabonetes? No Brasil, mais de 80% da matrícula no ensino médio está nas redes públicas. São jovens que têm sim o direito de sonhar com a Universidade, e dado o elevado grau de seletividade, aprender essas quinquilharias em nada contribui, nem para prosseguir nos estudos, nem para ingressar em algum tipo de trabalho, propósito anunciado na reforma por meio da centralidade que adquiriu o "aprender a empreender". Sem contar que, por ser educação básica, o ensino médio se destina à formação científica, ética e estética além do preparo para a vida futura.

Sobre o "Novo Ensino Médio" vale lembrar, ainda, o engodo da escolha. As pesquisas têm revelado que, na prática, não há opção quanto ao itinerário formativo por parte dos/das estudantes. A respeito da implementação e dos efeitos nefastos sobre o trabalho das professoras e dos professores, e, também, sobre os/as estudantes, vale a pena acessar o documento que o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio entregou ao GT transição/educação para o novo governo ao final do ano passado.
Verifica-se uma "descoordenação" generalizada pelo país. Há uma violência em curso, seja quanto ao trabalho docente, seja sobre a formação das nossas juventudes. Por essa razão, é insuficiente fazer alguns remendos. Mesmo que ainda no início, o tecido já está por demais esgarçado.

É preciso mencionar que parte daqueles que defendem pequenos ajustes o faz porque esteve à frente de institutos privados que fizeram assessoria para a elaboração dessas propostas que impetraram um verdadeiro esquartejamento curricular. É o caso de Kátia Smole, diretora do instituto Reúna e que chama de "revanchista" quem argumenta em favor da revogação. Não se trata de revanchismo, mas de pesquisas sérias e de vozes que estão dentro das escolas e que, nem seria preciso dizer, devem ser respeitadas!
É preciso interromper imediatamente o avanço dessa sangria na escola pública da juventude brasileira. O ensino médio anterior não estava bom, mas este é infinitamente pior. Qual seria a estratégia? Uma possibilidade seria revogar os dispositivos da Lei 13.415/17 inseridos na LDB e dela subtrair o fundamento legal que induziu à produção de tantos desacertos e problemas, incluindo a criação de quinquilharias alcunhadas de disciplinas escolares. E, imediatamente, abrir, de forma republicana e democrática, como deve ser, um amplo debate sobre uma reformulação responsável para a última etapa da educação básica.

E não, não estaríamos partindo do nada. Pois ao contrário do que dizem os defensores do ensino médio NEM-NEM, sim, existem propostas e experiências já realizadas que serviriam de ponto de partida e referência, como por exemplo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2012, abortadas pelo ímpeto reformador das fundações empresariais

emaranhadas na formulação da legislação e da política educacional durante o processo golpista que incidiu fortemente sobre a educação brasileira.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2023/03/15/reformar-ou-revogar-o-que-fazer-com-o-novo-ensino-medio

Em Foco VIII

Relatório da ONU: 131 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe não têm acesso a uma dieta saudável

19/01/2023

O novo relatório das Nações Unidas "Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional 2022" constata que 22,5% da população da América Latina e do Caribe não tem acesso a uma dieta saudável. No Caribe, este número atinge 52%; na Mesoamérica, 27,8%; e na América do Sul, 18,4%.

A publicação informa que 131,3 milhões de pessoas na região não tinham condições de arcar com os custos de uma dieta saudável em 2020. Isto representa um aumento de 8 milhões em comparação com 2019 e se deve ao custo médio diário mais alto de dietas saudáveis na América Latina e no Caribe em comparação com o resto das regiões do mundo, atingindo no Caribe um valor de USD 4,23, seguido pela América do Sul e Mesoamérica com USD 3,61 e USD 3,47, respectivamente.

A falta de acessibilidade a uma dieta saudável observada em toda a região está associada a diferentes indicadores socioeconômicos e nutricionais. O relatório apresenta uma evidente relação entre a incapacidade de arcar com uma dieta saudável e variáveis como o nível de renda de um país, a incidência da pobreza e o nível de desigualdade.

O relatório também revela que o aumento dos preços internacionais dos alimentos experimentado desde 2020, exacerbado após o início do conflito na Ucrânia, e um aumento regional da inflação dos alimentos acima do nível geral, aumentaram as dificuldades para o acesso das pessoas a uma dieta saudável.

O documento também inclui recomendações baseadas em evidências e uma análise das políticas já implementadas para melhorar a disponibilidade e a acessibilidade dos alimentos nutritivos, principalmente a fim de apoiar às pessoas mais vulnerabilizadas e famílias de baixa renda, que gastam uma proporção mais significativa de seu orçamento em alimentos.

"Não existe uma política individual que possa resolver este problema de forma independente". Os mecanismos de coordenação nacional e regional precisam ser reforçados para responder à fome e à desnutrição", disse Mario Lubetkin, diretor assistente da FAO e representante regional para a América Latina e o Caribe.

"Para contribuir para a acessibilidade de dietas saudáveis, é necessário criar incentivos para a diversificação da produção de alimentos nutritivos destinados principalmente à agricultura familiar e aos pequenos produtores, tomar medidas para a transparência dos preços desses

alimentos nos mercados e no comércio, e ações como transferências de dinheiro e melhoria dos cardápios escolares", concluiu Lubetkin.

As políticas comerciais e de mercado podem desempenhar um papel fundamental na melhoria da segurança alimentar e nutricional. Uma maior transparência e eficiência melhoram o comércio agroalimentar inter-regional, substituindo a incerteza pela previsibilidade e estabilidade do mercado.

"Estamos falando da região do mundo com a dieta saudável mais cara, que afeta particularmente as populações vulnerabilizadas - pequenos agricultores, mulheres rurais e populações indígenas e afrodescendentes - que alocam uma porcentagem maior de sua renda para a compra de alimentos", disse a diretora regional do IFAD Rossana Polastri. "Para reverter esta situação, devemos promover soluções inovadoras que diversifiquem a produção e aumentem a oferta de alimentos saudáveis e que melhorem o acesso dos pequenos produtores a mercados e alimentos de qualidade, incluindo soluções digitais que articulem a oferta e a demanda de alimentos de qualidade".

O relatório também descreve como alguns programas de proteção social sensíveis à nutrição têm funcionado e são essenciais para apoiar as dietas da população mais vulnerável, particularmente em períodos de crise.

"A insegurança alimentar continuará a aumentar devido à crise de preços dos alimentos e combustíveis causada pelo conflito na Ucrânia e pelas consequências da COVID-19", disse Lola Castro, Diretora Regional do PMA. "Devemos agir agora, mas como podemos fazer isso? Apoiando os governos para expandir as redes de proteção social porque a pandemia mais uma vez demonstrou que a proteção social é útil para melhorar a acessibilidade de uma dieta saudável, evitando que crises como esta atinjam ainda mais as populações afetadas".

Outras políticas alimentares, tais como rotulagem nutricional, subsídios a alimentos nutritivos e tributação para alimentos não saudáveis ou não nutritivos que não contribuem para dietas saudáveis, se bem concebidas, podem melhorar a acessibilidade econômica de dietas saudáveis, prevenir condições debilitantes e doenças relacionadas ao excesso de peso e à obesidade.

"Devemos redobrar os esforços para combater a má nutrição em todas as suas formas, promovendo políticas públicas para criar ambientes alimentares saudáveis, eliminar as gorduras trans produzidas industrialmente, implementar rótulos de advertência frontal, regular a publicidade de alimentos insalubres, estabelecer importos a bebidas açucaradas, apoiar a alimentação saudável e a atividade física nas escolas", disse a diretora da OPAS, Carissa F. Etienne. "Entender os fatores que determinam as más práticas alimentares é fundamental para encontrar soluções e garantir que todos na região tenham acesso a alimentos saudáveis", disse ela.

Por exemplo, países com níveis mais altos de pobreza e desigualdade tendem a ter dificuldades mais significativas de acesso a uma dieta saudável, que está diretamente associada a uma maior prevalência da fome, desnutrição crônica em meninos e meninas, e anemia em mulheres de 15 a 49 anos.

"Para que as crianças cresçam saudáveis, não é apenas urgente apenas garantir a disponibilidade de alimentos nutritivos, mas também é necessário desenvolver políticas públicas que garantam uma nutrição adequada, além de aconselhamento nutricional, focado em ações para as populações mais vulnerabilizadas", disse Garry Conelly, diretor regional da UNICEF para a América Latina e Caribe.

O panorama socioeconômico da América Latina e do Caribe não é encorajador. Os grupos populacionais mais afetados são as crianças menores de cinco anos e as mulheres, que sofrem uma maior prevalência de insegurança alimentar do que os homens.

O Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutricional 2022 é uma publicação conjunta da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD); da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS); do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas (PMA).

Entre 2019 e 2021, a cifra da fome na região aumentou em 13,2 milhões, atingindo 56,5 milhões de pessoas em 2021. O maior aumento foi na América do Sul, atingindo mais 11 milhões de pessoas. Entre 2019 e 2021, a fome atingiu uma prevalência de 7,9% na América do Sul, 8,4% na Mesoamérica e 16,4% no Caribe.

Em 2021, 40,6% da população regional passou por uma insegurança alimentar moderada ou grave, em comparação com 29,3% no mundo inteiro. A insegurança alimentar severa também era mais frequente na região (14,2%) do que no mundo (11,7%). Outros números apresentados no relatório indicam que a região registra uma evolução importante e positiva em relação à prevalência da desnutrição crônica em crianças menores de cinco anos de idade. Em 2020, este número era de 11,3% na América Latina e no Caribe, aproximadamente dez pontos percentuais abaixo da média mundial. Entretanto, 3,9 milhões de crianças de até cinco anos de idade estão acima do peso.

Agenda Acadêmica

32º Simpósio Nacional de História – Democracia e Direitos Humanos: Desafios para uma História Profissional.

Apresentação: Caras Associadas e caros Associados da Associação Nacional de História, a equipe organizadora do 32º Simpósio Nacional de História lhes deseja boas-vindas. O evento ocorrerá de forma híbrida e será o primeiro presencial da Associação depois de uma pandemia. Anotem em suas agendas e não esqueçam que temos um encontro *on-line*, entre os dias 11 e 13 de julho de 2023 e presencial, marcado na cidade de São Luís-Maranhão, entre os dias 16 e 21 de julho de 2023, para retomarmos discussões a respeito dos grandes desafios impostos ao campo da História. Recuperando a iniciativa ocorrida na ANPUH Recife, ocorrida em 2019, também em 2023 haverá a realização da ANPUH Educação, entre os dias 14 e 15 de julho. A ANPUH Educação é composta por um conjunto de atividades que antecedem o 32º Simpósio Nacional de História da ANPUH que também ocorrerá em São Luís/MA.
O mundo vem passando por tempos sombrios e de grande intolerância e desrespeito com a humanidade. Desde 2020 sofremos os efeitos negativos de uma pandemia que atingiu todos os setores da sociedade, impedindo o contato físico entre as pessoas e, por consequência, impossibilitando que o último Simpósio Nacional pudesse ser realizado presencialmente. Esperamos que o 32° Simpósio Nacional de História (SNH) possa retomar, de forma hibrida, um importante espaço de intercâmbio cultural e científico, em que profissionais em diferentes níveis de carreira e estudantes de graduação e pós-graduação em História de todo o Brasil possam apresentar suas pesquisas e compartilhar seus conhecimentos e experiências

vivenciadas no processo de produção do conhecimento histórico e para elaborar novas estratégias de luta e de labor contra os ataques ao Ensino de História e aos diversos tipos de violência contra mulheres, indígenas, negros, crianças, adolescentes, idosos e LGBTQIA+s. Essa tão esperada reunião bienal acontecerá sob a coordenação da UEMA, em parceria com a UFMA e a UEMASUL, além dos Institutos de Educação Estadual (IEMA) e Federal (IFMA) que, de forma conjunta com a ANPUH-Brasil e a ANPUH-MA, empenham-se em realizar um evento que acolha bem seu grande número de participantes, prezando pela excelência e o compromisso social e político. O 32° SNH será o primeiro Simpósio Nacional da ANPUH a ser realizado no estado do Maranhão e também o primeiro a ocorrer na Amazônia Legal.

Para esta edição, a Assembleia Geral do 31º SNH, realizado de forma online, em 2021, elegeu a temática **DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS PARA UMA HISTÓRIA PROFISSIONAL.** Ao longo dos 11 dias de evento teremos atividades no formato on-line e presencial. Assim, entre os dias 11 e 13 de julho teremos as Comunicações Coordenadas, no formato on-line; nos dias 14 e 15 de julho, presencialmente, a programação da ANPUH Educação; entre os dias 16 e 21 de julho, ocorrerão, também presencialmente, simpósios temáticos, minicursos, painéis de monografias e resultados de pesquisa de Iniciação Científica, mesas de diálogos contemporâneos e as conferências, que também serão disponibilizadas na página oficial da Associação na plataforma do *youtube*.O evento será composto também por debates que perpassam por temáticas de distintos recortes temporais, bem como por temas da História do Tempo Presente. Assim, temáticas como negacionismo, revisionismo, conservadorismo, autoritarismo, dentre outros, serão debatidos na presente edição. Refletir sobre os usos do passado na contemporaneidade é de fundamental importância para a compreensão das dinâmicas políticas, sociais e econômicas atuais, sendo estas reflexões um dos eixos do evento.

Por fim, destacamos que o objetivo central deste encontro é contribuir para a diminuição do distanciamento existente entre o saber escolar e o conhecimento produzido na academia. Com esses sentimentos de alegria, de afeto e de clima de reencontro, lhes desejamos boas-vindas!

Datas: 11 a 13 de julho de 2023 – online. 16 a 21 de julho de 2023 presencial em São Luís – MA.

Para mais informações: https://snh2023.anpuh.org/

Direitos Humanos e mulheres na luta política

Apresentação: O Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nepp-DH) da UFRJ realiza, no próximo dia 27/03/2023, a mesa “Direitos Humanos e mulheres na política”. O evento tem como objetivo recordar os 5 anos do brutal assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, cujos mandantes ainda não foram encontrados. Está confirmada a presença da deputada estadual Renata Souza, presidenta da Comissão de Direitos da Mulher da Alerj, feminista negra, cria da Maré, jornalista, pós-doutora em Comunicação e autora do livro “Cria da favela”. Confira abaixo outros nomes confirmados:

Ana Maria Leone de Jesus: assistente social, militante da Unegro/Caxias e apresentadora do programa Antenada com Ana Leone, da Rádio Ativa de Duque de Caxias.

Gizele Martins: jornalista, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura (PPGCom)/ECO-UFRJ e autora do livro Militarização e Censura: a luta por liberdade de expressão na Favela da Maré.

Patrícia Félix: educadora social, psicopedagoga, advogada, conselheira tutelar RJ, membra da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Jurídica da OAB RJ. Cria da favela Vila Vintém, com 36 anos de

luta pelos direitos da criança e do adolescente. É apresentadora do Programa Saúde Mental e Periferia, transmitido pela TV Portal Favelas.

A mesa acontece às 17h30, no Auditório do Nepp-DH/UFRJ, localizado no 3o andar do prédio anexo do CFCH, no campus universitário da UFRJ na Praia Vermelha (Avenida Pasteur, 250, fundos, Urca). A entrada é franca.

Data: 27 de março de 2023, das 17h30 às 20h00

Para mais informações: https://eventos.ufrj.br/evento/direitos-humanos-e-mulheres-na-politica/

Seminário Latino-americano: Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos

Apresentação: Nos próximos dias 14 e 15 de julho de 2022, o Conselho Federal de Serviço Social e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) realizarão o Seminário Latino-americano com o tema Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos.

O evento ocorrerá na modalidade on-line, com inscrições gratuitas e emitirá certificação de participante (12h), que poderá acompanhar pelos canais do YouTube do CFESS e da ABEPSS em português e espanhol, para abrigar ainda um público internacional.

A programação abordará temas como a luta pela terra dos povos originários na América Latina, Caribe e Brasil em tempos de neoconservadorismo; políticas sociais e movimentos indígenas; a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais com os povos indígenas. Nomes nacionais e internacionais do Serviço Social, além de representantes e líderes indígenas, já confirmaram presença nas mesas de debates.

Data: 14 e 15 de julho de 2022

Para mais informações: https://cfess.org.br/seminariolatino/

6º Encontro Nacional de Serviço Social e a Seguridade Social que defendemos!

Apresentação: A seguridade social que defendemos! É com esse mote que o CFESS e o CRESS-CE preparam para o ano de 2023 um dos maiores e mais esperados eventos para categoria profissional. O evento ocorrerá de forma presencial no Centro de Eventos do Ceará, com inscrições gratuitas e vagas limitadas, com um público estimado em três mil participantes, entre assistentes sociais, estudantes de serviço social e outras categorias profissionais.

Data: 31/03/2023 até 02/04/2023

Para mais informações: https://www.cfess.org.br/visualizar/eventos-atual

XI Jornada Internacional de Políticas Públicas

Apresentação: Confirmada para o período de 19 a 22 de setembro de 2023, presencial, na Cidade Universitária Dom Delgado (UFMA/São Luís (MA) /Brasil), a Jornada Internacional de Políticas Públicas chega aos 20 anos!
Nessa edição, reafirma seu compromisso com a reflexão crítica e o debate científico de alta qualidade, que tem consolidado a referência internacional do PPGPP/UFMA e seu conceito 6, avaliado pela CAPES - único programa de pós-graduação do Maranhão com essa avaliação!
O tema desta XI JOINPP é a "Reificação capitalista e emancipação humana como necessidade histórica: formação da consciência de classe na luta de hegemonias", no marco dos 100 anos da obra "História e Consciência de Classes", de György Lukács.

Fique por dentro de tudo acompanhando aqui em nossas redes sociais.

Em breve, o site da XI JOINPP estará disponível com todas as informações relativas à submissão de trabalhos, cujo prazo será entre 10 de abril e 25 de maio.

Data: 19/09/2023 até 22/09/2023

Para mais informações: **https://www.instagram.com/joinpp_/**

Lançamentos



IMPERIALISMO E QUESTÃO EUROPEIA. Domenico Losurdo. Editora Boitempo, 2023

Sinopse: Quais características deve possuir hoje um movimento de emancipação para ser considerado como tal? Contra qual antagonista devemos concentrar as nossas energias? O que devemos entender por imperialismo? Imperialismo e questão europeia é uma obra póstuma de Domenico Losurdo, organizada por Emiliano Alessandroni, com base em um conjunto de artigos escritos entre 1978 e 2017, tematizando a União Europeia em diferentes fases.
Na apresentação, Alessandroni põe em relevo a constante preocupação do autor com a questão europeia. Losurdo defendia um posicionamento contrário à saída da Itália da União Europeia, o que gerava críticas tanto pelo Partido Comunista como por parte de outros setores da intelectualidade e da militância de esquerda. Segundo Losurdo, os argumentos de que se deveria abandonar a União Europeia por seu viés capitalista e imperialista não encontram sentido, pois “seguindo essa lógica, também deveríamos sair da Itália”. Losurdo contribui para lançar luz sobre alguns nós não desatados do nosso presente: o legado da tradição colonial e do nazifascismo, a democracia moderna e a identidade política da União Europeia. Os artigos selecionados – atendendo aos últimos desejos de Losurdo de apresentar seu pensamento sobre as complexas relações entre União Europeia e imperialismo - fornecem os instrumentos analíticos com os quais é possível refinar a nossa perspectiva de conflitualidade, libertar-se de uma representação mecanicista

das contradições sociais e adquirir, tanto do ponto de vista espacial quanto temporal, um olhar muito mais amplo e profundo – ou seja, uma visão dialética – sobre os grandes conflitos que inflamaram e continuarão a inflamar os nossos tempos.

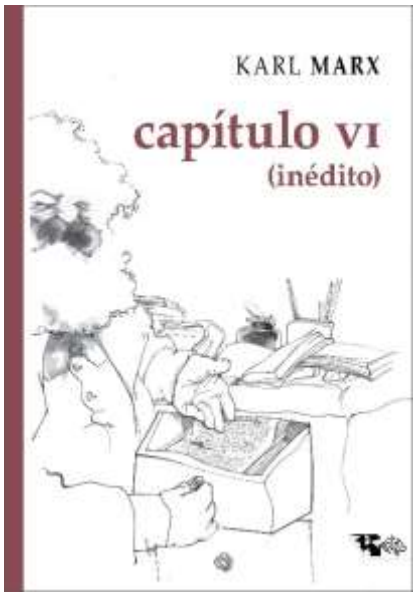


OS LÍDERES E AS MASSAS. Antonio Gramsci. Editora Boitempo, 2023.

Sinopse: *Os líderes e as massas: escritos de 1921 a 1926*, nova obra da coleção Escritos Gramscianos, reúne 34 textos redigidos por Antonio Gramsci entre 1921 e 1926, dos quais 29 são publicados pela primeira vez no Brasil. Os artigos apresentam uma fase do amadurecimento intelectual do pensador sardo e dão continuidade a suas ideias sobre a democracia dos conselhos e a nova ordem que deveria se traduzir na transformação das grandes massas populares.

A relação entre os trabalhadores, os líderes e as hierarquias estabelecidas é uma das ideias centrais da obra. Em um dos artigos, escrito por ocasião da morte de Lênin, em 1924, Gramsci reflete sobre o problema essencial da existência ou não de um "líder" – e pensa que, para que o "líder" e o partido não se transformem em uma relação deslocada e superficial, ambos devem primeiro fazer parte da classe, ou pelo menos representar seus interesses e suas aspirações mais vitais.

"A natureza dualista das relações entre líderes e massas é um tema central na elaboração teórica de Gramsci por diversas razões, sobretudo porque, internamente a essa contradição, encontram-se tanto as origens como a força persuasiva das relações de exploração e domínio características da sociedade burguesa", conta Gianni Fresu na apresentação.



CAPÍTULO VI (inédito): MANUSCRISTOS DE 1863-1867, O CAPITAL, LIVRO I. Karl Marx. Editora Boitempo, 2023.

Sinopse: No 31º volume da coleção Marx-Engels, a Boitempo publica a primeira tradução brasileira diretamente do original em alemão do célebre *Capítulo VI* do Livro I de *O capital*. Parte do primeiro manuscrito da obra-prima de Marx, o texto intitulado "Resultado do processo de produção imediato" encerraria o volume I e serviria de ponte para o volume II. Nele são apresentados de maneira substancial pontos centrais da reflexão marxiana: "Marx refere-se à mercadoria de maneira bastante concreta, não somente como um pressuposto para a produção capitalista, mas como resultado de seu processo produtivo. [...] Por outro lado, analisa as formas diversas do fetichismo típicas da sociedade do capital, expressão da peculiar divisão social do trabalho mediada pelas coisas, mostrando os reflexos desse fetichismo nas interpretações dos economistas

burgueses", contam Ricardo Antunes e Murillo van der Lann no texto da apresentação. Produzido numa fase decisiva do desenvolvimento intelectual de Marx, o *Capítulo VI* condensa alguns dos principais momentos da argumentação do autor em *O capital*, que na versão final da obra, concebida como um "todo artístico", se espraiam por várias seções. Por isso, oferece um ponto de vista privilegiado para temas como a operação concreta da mercadoria, presente sobretudo no Livro III, ou para a reflexão sobre a subsunção formal e a subsunção real do trabalho ao capital, ponto crucial da elaboração e do procedimento metodológico de Marx. O volume traz ainda, como apêndice, o "Questionário para trabalhadores", mais conhecido como "Enquete operária". Nele sobressai a preocupação de Marx com o cotidiano da classe trabalhadora. Redigido para *La Revue Socialiste* e propagada entre os trabalhadores franceses, o questionário tinha como objetivo evidenciar, de maneira metódica, as contradições e os privilégios do capital e apresentar aos trabalhadores as possibilidades de resistência frente à exploração à qual eram submetidos. A enquete serviu, ainda no século XIX, de modelo para outros questionários semelhantes na Europa. Ao longo do século XX foi inspiração para movimentos socialistas e pesquisadores em diferentes países e, no século XXI, continua a demonstrar sua vitalidade, no contexto dos processos de trabalhos uberizados e plataformizados.

Expediente

Reitor
Prof. Mário Sérgio Alves Carneiro
Vice-reitora
Profª Georgina Muniz
Sub-reitora de Graduação
Prof. Lincoln Tavares Silva
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Prof. Luís Antônio Campinho Pereira da Mota
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Cláudia Gonçalves de Lima
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profª. Dirce Eleonora Nigro Solis
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editor
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção
Brena da Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Vitor de Araujo Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Raphael Mello Rezende
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação e Revisão
Vitor de Araujo Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.